

PROFESSORES

Desencanto na sala de aula

"Apelo aos professores para que leiam e conheçam por si próprios as propostas do Ministério da Educação. São propostas razoáveis com as quais pretendemos melhorar a qualidade de ensino", afirmou Maria de Lurdes Rodrigues, após a manifestação de educadores e professores que reuniu, em Lisboa, mais de 20 mil profissionais. Em resposta ao apelo da ministra, o PÚBLICO perguntou a seis professores em que é que o novo estatuto os afecta. São unânimes nas críticas, dizem-se desmotivados. Na terça e quarta-feira há greve. **Por Bárbara Wong**

"Tudo por tudo para exigir respeito"

Ana Patriarca, 49 anos, profª de Português/Inglês de 2.º e 3.º ciclos

Apesar de lhe faltar apenas um degrau para chegar ao topo da carreira, Ana Patriarca, professora efectiva numa escola alentejana e com 26 anos de serviço, não concorda com a criação de duas categorias de profissionais, os professores e os professores titulares. "Somos todos titulares, tenhamos 20 ou três anos de serviço, porque todos temos as mesmas funções e desenvolvemos o mesmo trabalho", defende. A docente contesta ainda a criação de um exame para entrar na carreira e pergunta se não basta a formação no ensino superior.

Ana Patriarca lamenta a redução da componente lectiva que permitiria aos professores mais velhos ter menos horas de aulas. Não porque não queiram trabalhar, como têm sido tantas vezes acusados, mas porque a profissão é desgastante, argumenta. "Os professores andam cansados, tristes e revoltados. Sentem-se desrespeitados", desabafa a professora, que em 20 anos não deu mais de três faltas por ano.

Se os docentes mais velhos não tiverem redução de horário, não haverá lugar para os novos, que "fazem falta". Ana Patriarca foi à manifestação de 5 de Outubro e vai fazer greve. "Se fosse preciso fazer durante 15 dias, faria. Temos de fazer tudo por tudo para exigir respeito".

"O que é que vai ser a minha vida?"

Marta Martins, 43 anos, profª contratada de História 2.º e 3.º ciclos

Há nove anos que Marta Martins, de Coimbra, é professora contratada. Isto quer dizer que só sabe se vai dar aulas em finais de Agosto ou início de Setembro. Este ano, pela primeira vez, ainda não foi colocada. Quando começou a ler a proposta de Estatuto Carreira Docente e as notícias na imprensa começou a "desesperar" e a perguntar: "O que é que vai ser a minha vida?"

Na proposta de estatuto não há uma linha sobre concursos de professores. "Como contratada, o desaparecimento de um concurso nacional e centralizado vai prejudicar-me porque vivemos num país onde a ética não impera", resume. Calcula que se as escolas tiverem autonomia para poder contratar, vão deixar de olhar para as listas graduadas e escolher professores já conhecidos. Imagina que ela, apesar de estar na primeira de 57 páginas da

lista dos professores de História, nunca mais será contratada, pois "este é o país da cunha e do compadrio".

Marta Martins lamenta que os professores mais velhos deixem de ter redução do tempo lectivo. É graças a esse direito dos mais antigos que os contratados conseguem ter horários nas escolas, explica. Foi isso que lhe aconteceu o ano passado. Este ano, continua à espera de ser chamada.

"Nem queria acreditar nesta palhaçada"

Ricardo Carmezim, 34 anos, prof. de 3.º ciclo e secundário de Ed. Física

Não participou nos protestos em Lisboa mas aceitou o repto da ministra e foi ler a proposta de estatuto. "A ministra tinha razão... Realmente os professores não devem ter lido, pois se o tivessem feito teriam comparecido em muito maior número na manifestação", começa por escrever ao PÚBLICO. "Nem queria acreditar quando estava a ler esta palhaçada", confessa Ricardo Carmezim, professor de Educação Física a meio da carreira e que está requisitado pela Federação Portuguesa de Futebol (FPF).

Se o estatuto for aprovado, todos os anos terá de esperar para saber se o tempo de trabalho na federação conta como anos de serviço e para a progressão na carreira. "Será que esta situação é benéfica para as selecções distritais e, conseqüentemente, para as selecções nacionais de futebol?"

O professor está ainda preocupado com a situação dos colegas que estão a ser colocados, sem a sua autorização, no grupo de docência do Ensino Especial sem terem formação para desempenhar essas funções. "Como será feita a sua avaliação?". Ricardo Carmezim defende que os professores devem ser avaliados, mas discorda dos critérios. "Quem vai trabalhar em bairros desfavorecidos, se os resultados dos alunos contam para a sua avaliação? Quem vai leccionar na província, onde os alunos desistem para ir trabalhar?"

"Estamos a ser tratados como párias"

Conceição Reis, 52 anos, profª de História do 3.º ciclo e secundário

Dá aulas há 30 anos e está no último escalão da carreira. "Como a reforma foi atirada para os 65 anos, farei 43 anos de serviço", calcula a professora, que lecciona numa escola da região de Odivelas. Apesar de estar no 10.º escalão, Conceição Reis não sabe em que situação vai ficar.

Como tem beneficiado de várias reduções de horário - todas elas previstas na legislação, faz questão de frisar -, "nada está assegurado" e poderá não poder candidatar-se a professora titular. "Há uma indefinição e não sei se vou ser penalizada por ser orientadora de estágio [dos recém-licenciados que querem ser professores] durante mais de dez anos", revela.

A professora de História critica ainda a introdução de um sistema de quotas, "que nada tem a ver com critérios relacionados com a educação ou com o mérito dos professores, mas com a disponibilidade financeira para o Estado pagar salários". Conceição Reis concorda com a avaliação dos docentes, mas vai dizendo que é preciso encontrar "critérios razoáveis". Não é costume, mas desta vez vai fazer greve: "O sentimento geral dos professores é que estamos a ser tratados como párias."

"Não há medida que promova a educação"

Ema Fogaça, 56 anos, profª de Ed. Física de 2.º e 3.º ciclo

Na proposta de estatuto "não há uma medida que se possa dizer que promove a educação, são tudo medidas economicistas com o intuito de reduzir o número de professores no ensino", considera Ema Fogaça, professora no topo da carreira, a dar aulas no concelho de Oeiras.

E enumera: não se justifica o "estrangulamento da carreira onde só dois ou três é que podem ser professores titulares e todos os outros serão equiparados", embora possam ter as mesmas funções. E até podem todos ter a mesma avaliação, mas só alguns é que sobem na carreira, tirando aos outros a vontade de continuarem empenhados.

Do grupo de Educação Física, Ema Fogaça está preocupada com os professores que são treinadores e atletas de alta competição. O que lhes acontecerá se derem faltas por estarem ao serviço das selecções nacionais? Essas faltas podem prejudicar a sua progressão na carreira, já que a assiduidade é um dos pontos em que serão avaliados?

"Que motivação é que uma pessoa tem?"

Alexandre Gomes, 30 anos, prof. de Biologia e Geologia do 3.º ciclo e secundário

É professor há nove anos e só este ano conseguiu entrar na carreira. Por isso ainda não sabe em que escalão estará (calcula que seja o 4.º). No entanto, com o novo estatuto não faz ideia em que posição vai ficar. "Assim que as propostas são publicadas, leio-as. Não preciso que os sindicatos analisem o que o Ministério propõe para formar a minha opinião." E o que lê não o motiva: "Poderei levar 18 anos a chegar ao topo. Que motivação é que uma pessoa tem? Não vejo grande futuro na minha carreira."

O professor, colocado na Moita, contesta que só possam ser dadas cinco faltas anuais, sobretudo numa profissão maioritariamente feminina. "Sou homem e solteiro. E as minhas colegas que são mães, que os filhos adoecem? Não lhes contam um ano de serviço porque faltaram?"

A proposta da tutela prevê que os coordenadores de departamento, professores da escola, possam assistir a três aulas dos colegas, para os avaliar. Como é que o mesmo professor pode assistir a aulas de 20 outros docentes e como é que um professor de Física pode avaliar o de Biologia, questiona.